



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil - para Fins Específicos**

Conglomerado Prudencial Original

30 de Junho de 2014

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	11
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	11
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Consolidação	11
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 5 . Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	20
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	21
Nota 10 . Outros Créditos	24
Nota 11 . Outros Valores e Bens	27
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	27
Nota 13 . Imobilizado de Uso	28
Nota 14 . Intangível	28
Nota 15 . Diferido	28
Nota 16 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	28
Nota 17 Obrigações por Empréstimos	29
Nota 18 Outras Obrigações	29
Nota 19 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	30
Nota 20 . Patrimônio Líquido	31
Nota 21 . Limites Operacionais	32
Nota 22 . Partes Relacionadas	32
Nota 23 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	33
Nota 24 . Despesas de Pessoal	34
Nota 25 . Outras Despesas Administrativas	34
Nota 26 . Despesas Tributárias	34
Nota 27 . Outras Receitas Operacionais	34
Nota 28 . Outras Despesas Operacionais	35
Nota 29 . Resultado não Operacional	35
Nota 30 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	35
Nota 31 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	35
Nota 32 . Outras Informações	37

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Combinadas do Conglomerado Prudencial Original, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, elaboradas de acordo com as Normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2014.

Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras combinadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam:

a) As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 19 de julho agosto de 2014.

São Paulo, 19 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014
Ativo Circulante		2.331.995
Disponibilidades		10.271
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	704.698
Aplicações no Mercado Aberto		699.411
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.287
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	322.191
Carteira Própria		43.369
Vinculados à Prestação de Garantias		274.460
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b	4.362
Relações Interfinanceiras	8	3.353
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.213
Créditos Vinculados:		383
Depósitos no Banco Central		383
Correspondentes		1.757
Operações de Crédito	9	1.104.139
Setor Privado		1.161.322
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(57.183)
Outros Créditos		180.466
Carteira de Câmbio	10.a	72.622
Rendas a Receber		442
Negociação e Intermediação de Valores		2.518
Créditos Tributários	10.b	32.549
Diversos	10.d	73.417
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(1.082)
Outros Valores e Bens	11	6.877
Despesas Antecipadas	11	6.877
Ativo Realizável a Longo Prazo		834.789
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.082
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.082
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	287.644
Carteira Própria		65.855
Vinculados à Prestação de Garantias		221.789
Operações de Crédito	9	338.097
Setor Privado		349.971
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(11.874)
Outros Créditos		146.338
Créditos Tributários	10.b	146.338
Outros Valores e Bens	11	58.628
Outros Valores e Bens		74.116
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)
Permanente		75.520
Investimentos	12	1.134
Participações em Coligadas e Controladas:		530
No País	12	530
Títulos Patrimoniais		401
Outros Investimentos		203
Imobilizado de Uso	13	21.745
Outras Imobilizações de Uso		33.483
(Depreciações Acumuladas)		(11.738)
Ativos Intangíveis	14	52.641
Ativos Intangíveis		52.641
Total do Ativo		3.242.304



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2014
Passivo Circulante		766.233
Depósitos	15.a	190.688
Depósitos à Vista		28.516
Depósitos a Prazo		162.172
Captações no Mercado Aberto	15.b	9.500
Carteira Terceiros		9.500
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	395.474
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		395.474
Relações Interfinanceiras		72
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		72
Relações Interdependências	15.d	6.174
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.174
Obrigações por Empréstimos	16	15.480
Empréstimos no Exterior		15.480
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	24.252
Outras Instituições		24.252
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.066
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.066
Outras Obrigações	17	122.527
Carteira de Câmbio	10.a	200
Fiscais e Previdenciárias	17.a	39.842
Negociação e Intermediação de Valores		2.881
Diversas	17.b	79.604
Passivo Exigível a Longo Prazo		413.986
Depósitos	15.a	324.190
Depósitos a Prazo		324.190
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	31.402
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		31.402
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	3.993
Outras Instituições		3.993
Outras Obrigações	17	54.401
Diversas	17.b	54.401
Resultados de Exercícios Futuros		1.581
Rendas Antecipadas		1.581
Patrimônio Líquido	19	2.060.504
Capital Social:		2.184.314
De Domiciliados no País	19.a	2.184.314
Reservas de Lucros		2.425
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	3
Prejuízos Acumulados		(126.238)
Total do Passivo		3.242.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 30/06/2014</u>
Receitas da Intermediação Financeira		213.479
Operações de Crédito	9.g	96.343
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	50.190
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	70.267
Resultado de Operações com Câmbio		(3.321)
Despesas da Intermediação Financeira		(65.617)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(42.825)
Operações de Empréstimos e Repasses		(338)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(22.454)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		147.862
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(88.432)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	6.143
Despesas de Pessoal	23	(46.560)
Outras Despesas Administrativas	24	(31.306)
Despesas Tributárias	25	(9.531)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(178)
Outras Receitas Operacionais	26	2.831
Outras Despesas Operacionais	27	(9.831)
Resultado Operacional		59.430
Resultado não Operacional	28	(855)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		58.575
Provisão para Imposto de Renda		(11.342)
Provisão para Contribuição Social		(6.154)
Ativo Fiscal Diferido		(2.813)
Participações no Lucro		(14.105)
Lucro Líquido do Semestre		24.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Aumento de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u> <u>Reserva de Lucros</u>	<u>Ajustes de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.181.972		2.302	504	(147.934)	2.036.844
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(501)	-	(501)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	24.161	24.161
Aumento de Capital	19.a	-	2.342	-	-	(2.342)	-
Reserva de Lucros	19.c	-	-	123	-	(123)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.181.972	2.342	2.425	3	(126.238)	2.060.504
Mutações do Semestre		-	2.342	123	(501)	21.696	23.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2014
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Semestre		24.161
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		46.649
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	22.454
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	12	178
Depreciações e Amortizações	23	1.529
Tributos Diferidos		2.813
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	27	5.570
Provisão de Participações no Lucro		14.105
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		70.810
Variações em Ativos e Passivos		
		44.267
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		162.578
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		169.417
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(2.296)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(398.999)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(9.334)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(40.453)
Aumento (Redução) em Depósitos		45.425
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(69.329)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		192.627
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		17.872
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(23.866)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		625
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		115.077
Atividades de Investimento		
Alienação de Investimento		70.944
Aquisição de Imobilizado de Uso		(13.935)
Aplicações no Intangível		(44.615)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		574
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		12.968
Atividades de Financiamento		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(14.450)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(14.450)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		113.595
Modificações na Posição Financeira:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	5	596.087
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	709.682
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		113.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As Demonstrações Financeiras Combinadas do Conglomerado Prudencial Original, que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, financiamento e investimento, de crédito rural, de crédito imobiliário, de cessão de crédito, operações compromissadas e mercado de câmbio; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito rural, de financiamento e de investimento, operações compromissadas e de câmbio, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras Combinadas - Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras Combinadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial.

O § 2º do art. 10, da Circular nº 3.701/2014, do BACEN, faculta a apresentação comparativa das demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial relativas às datas-bases anteriores a 30 de junho de 2014, assim, a administração da Instituição optou pela faculdade prevista e essas demonstrações não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma combinada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.

Banco Original do Agronegócio S.A.

As demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 19 de agosto de 2014.

3. Descrição das Principais Práticas de Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 30 de junho de 2014 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação societária um no outro, os mesmos são controlados pela J&F Participações Ltda (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido, das entidades que compõem as demonstrações financeiras combinadas estão assim representados:

	<u>Banco Original S.A</u>	<u>Banco Original</u>
	<u>30/06/2014</u>	<u>do Agronegócio</u>
		<u>30/06/2014</u>
Total do Ativo	2.875.980	418.485
Total do Passivo	2.875.980	418.485
Total do Patrimônio Líquido	1.953.701	106.803
Total Lucros Líquidos	21.694	2.468

Nos procedimentos de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro-rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2014 e 2013, os valores são compostos conforme Nota 5.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo, edificações - 25 anos instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos, conforme Nota 13.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 30 de junho de 2013, o ativo diferido está representado por gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa. Em junho de 2014 o saldo do diferido foi totalmente amortizado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do projeto Banco Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até junho de 2014.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado. Em junho de 2013 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entenda-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.c.

Consideramos como parte relacionada a pessoa ou entidade que está relacionada ao mesmo grupo econômico, ao pessoal chave da administração e pessoas que possuam relação de parentesco (cônjuge, filho de pessoas, filhos do cônjuge) com esses membros.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A provisão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2014 e 2013 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

t) Informações Suplementares

Até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras referentes aos semestres encerrado em 30 de junho de 2014 foram publicadas duas normas legais relacionadas à matéria tributária, que embora tenha início de vigência em 1º de janeiro de 2015, poderiam produzir algum evento subsequente nos resultados auferidos pelo Conglomerado Original, ora demonstrados, cujos procedimentos adotados pela Administração estão adiante descritos:

Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, fruto da conversão da MP 627/13, revogou o RTT - Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, regime que eliminava os efeitos tributários dos ajustes contábeis efetuados em função das alterações introduzidas na Lei 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 pela Lei 11.638, de 28 de Dezembro de 2008.

Mencionada Lei concedeu às pessoas jurídicas a opção de antecipar seus efeitos da Lei para o ano - calendário de 2014, o que resultaria na adoção de todos os procedimentos tributários nela inseridos, a partir de 1º de Janeiro de 2014.

A Administração fez uma avaliação dos efeitos decorrentes da utilização da prerrogativa acima mencionada e concluiu que a antecipação de sua vigência não resultaria em nenhum benefício para a Instituição, por essa razão decidiu seguir o fluxo normal da entrada em vigor da Lei, acatando as alterações na formação de bases de cálculo dos tributos federais por ela trazidas, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Medida Provisória 651, de 09 de Julho de 2014.

Mencionada medida reabriu a possibilidade de adesão ao REFIS que trata a Lei 11.941, de 27 de Maio de 2009, proporcionando a liquidação de certos passivos tributários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com descontos dos juros, multas e encargos legais componentes da dívida.

O novo prazo de adesão ao REFIS se encerra em 25 de Agosto de 2014.

A Administração está analisando sua base de contencioso tributário e até o momento não foi identificado nenhum processo com indicação de perda para o Banco, que justificasse sua inclusão no programa de refinanciamento acima mencionado.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	10.271
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	699.411
Total	709.682

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3	De 3 a	Acima de	30/06/2014
	Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	699.411	-	-	699.411
Posição Bancada	689.939	-	-	689.939
Letras do Tesouro Nacional - LTN	357.076	-	-	357.076
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	332.863	-	-	332.863
Posição Financiada	9.472	-	-	9.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.472	-	-	9.472
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	5.287	4.082	9.369
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.082	4.082
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	517	-	517
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	4.376	-	4.376
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	394	-	394
Total	699.411	5.287	4.082	708.780
Circulante				704.698
Longo Prazo				4.082

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e Valores Mobiliários
a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva
a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva/Custo	Ajuste a	
		Mercado	30/06/2014 Valor Contábil
Títulos para Negociação			
<u>Títulos Públicos</u>			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	940	1	941
Total Títulos Públicos	940	1	941
<u>Títulos Privados</u>			
Ações de Companhia Abertas	33.666	8.162	41.828
Total Títulos Privados	33.666	8.162	41.828
Total	34.606	8.163	42.769

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a	
		Mercado	30/06/2014 Valor Contábil
Títulos Disponível para Venda			
<u>Títulos Públicos</u>			
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	118.527	(252)	118.275
Letras do Tesouro Nacional - LTN	440.767	257	441.024
Total Títulos Públicos	559.294	5	559.299
<u>Títulos Privado</u>			
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.405	-	3.405
Total Títulos Privados	3.405	-	3.405
Total	562.699	5	562.704

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

				30/06/2014
	Sem	De 3 a	Acima de	
	Vencimento	12 Meses	12 Meses	Total
Títulos para Negociação				
<u>Títulos Públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	941	941
Total Títulos Públicos	-	-	941	941
<u>Títulos Privado</u>				
Ações de Companhia Abertas	41.828	-	-	41.828
Total Títulos Privados	41.828	-	-	41.828
Total	41.828	-	941	42.769

				30/06/2014
	Até	De 3 a	Acima de	
	3 meses	12 Meses	12 Meses	Total
Títulos Disponível para Venda				
<u>Títulos Públicos</u>				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	294	3.851	114.130	118.275
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	270.915	170.109	441.024
Total Títulos Públicos	294	274.766	284.239	559.299
<u>Títulos Privado</u>				
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	-	-
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (1)	-	-	3.405	3.405
Total Títulos Privados	-	-	3.405	3.405
Total	294	274.766	287.644	562.704

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª séries e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a.e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.923
Rendas de Títulos de Renda Fixa	12.676
Resultado de Títulos de Renda Variável (1)	<u>(11.409)</u>
Total	<u>50.190</u>

(1) Em 2014 Refere-se marcação a mercado reconhecida no resultado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013 o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"		"Value at Risk" jun/14	
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	4.063	24.224
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	3	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	644	140
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	4	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	<u>19.044</u>	<u>7.030</u>

Carteira "Banking"		Teste de Estresse jun/14	
Risco		Média	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		31.536	30.119

(1) Referente ao fator de risco das ações da JBS, que foram reclassificadas para "Trading".

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2014		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF			
Posição Ativa	4.530	1.415	954.772
Commodities	21	28	842.257
Dólar	4.509	1.387	112.515
Posição Passiva	(1.906)	(2.066)	(954.772)
Commodities	-	(39)	(842.257)
Dólar	(1.906)	(2.027)	(112.515)
Diferencial Líquido	<u>2.624</u>	<u>(651)</u>	<u>-</u>

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

<i>Swap</i>			
Posição Ativa	4.065	2.947	118.066
Dólar	4.005	2.900	116.998
IPCA ⁽¹⁾	60	47	1.068
Posição Passiva	-	-	(118.066)
Dólar	-	-	(116.998)
IPCA	-	-	(1.068)
Diferencial Líquido	4.065	2.947	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	30/06/2014			
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.624	(3.275)	(651)	954.772
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	4.065	(1.119)	2.946	118.066
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	(362)	-	(362)	-
Total	6.327	(4.394)	1.933	1.072.838

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(99)	(552)	-	(651)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	2.110	837	-	2.947
Total	2.011	285	-	2.296

	30/06/2014			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Futuros Referencial				
DDI	307.540	276.885	32.963	617.388
DI	20.000	232.500	13.106.500	13.359.000
Dólar	498.520	34.053	-	532.573
BGI	1.778	2.395	-	4.173
Total	827.838	545.833	13.139.463	14.513.134

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de (R\$ 362) (30/06/2013 – (R\$989)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$496.249 (30/06/2013 - R\$55.020) este representado por LTN e NTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 30/06/2014		
	Receita	Despesa	Resultado
NDF	11.535	(13.667)	(2.132)
"Swap"	6.386	(188)	6.198
Opções	11	(309)	(298)
Futuros			
DI	40.585	(1.302)	39.283
DDI	9.775	(823)	8.952
BGI	385	(174)	211
Moedas	26.059	(7.123)	18.936
Dólar	-	(599)	(599)
S&P		(284)	(284)
Total	94.736	(24.469)	70.267

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 3.352 (2013 - R\$ 1.146) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	<u>30/06/2014</u>
Empréstimos e Títulos Descontados	995.126
Adiantamentos a Depositantes	32
Empréstimos	995.094
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	393.996
Capital de Giro	487.241
Conta Corrente Garantida	77.862
Empréstimo Consignado	35.529
Cheque Especial	36
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	430
Financiamentos	377.310
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI ⁽²⁾	4.286
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	373.024
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	28.838
Financiamentos Imobiliários	110.018
Outros Créditos (Nota 10)	116.188
Direitos Creditórios	42.552
Adiantamento de Contrato de Câmbio	73.636
Sub-Total	1.627.480
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(69.057)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.082)
Total	<u>1.557.341</u>
Circulante	1.219.244
Longo Prazo	338.097

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	<u>30/06/2014</u>			<u>Total</u>
	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 12 meses	
Setor Privado				
Agronegócio	12.271	414.862	45.504	472.637
Indústria	1.260	340.629	168.886	510.776
Pecuária	16.383	202.825	36.761	255.969
Financeiro	7.108	11.124	667	18.898
Serviços	1.892	247.907	83.873	333.672
Pessoas Físicas	1.836	19.413	14.280	35.529
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-
Total	<u>40.750</u>	<u>1.236.759</u>	<u>349.971</u>	<u>1.627.480</u>

(1) Em 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CCB, CPR, Capital de Giro e Conta Corrente Garantida.

e) Concentração de Crédito

	30/06/2014				
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor
10 Maiores Devedores	438.890	27%	6.013	9%	271.765
50 Maiores Devedores Seguintes	735.786	45%	27.007	39%	319.339
100 Maiores Devedores Seguintes	362.684	22%	23.191	32%	107.280
Demais Devedores Seguintes	90.120	6%	13.928	20%	172.582
Total	1.627.480	100%	70.139	100%	870.966

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2014. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2014	
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão	Requerida
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾			
AA	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	474.275	-	474.275	-	2.371
B	1%	675.090	10.140	685.230	-	6.852
C	3%	329.206	20.062	349.268	-	10.478
D	10%	35.932	22.799	58.731	-	5.873
E	30%	1.327	5.770	7.097	-	2.129
F	50%	7.062	9.130	16.192	-	8.096
G	70%	4.930	2.897	7.827	-	5.479
H	100%	393	28.467	28.860	-	28.861
Total		1.528.215	99.265	1.627.480	-	70.139

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2014
Saldo Inicial	68.999
Constituições Líquida de Reversão	21.441
Baixa para Prejuízo	(21.383)
Saldo Final	69.057

e.1) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	30/06/2014
Saldo Inicial	101
Constituições Líquida de Reversão	(70)
Saldo Final ⁽¹⁾	31

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

e.2) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	30/06/2014
Saldo Inicial	-
Constituições Líquida de Reversão	1.082
Saldo Final ⁽¹⁾	1.082

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outros Créditos - Diversas".

No primeiro semestre de 2014 os créditos renegociados é de R\$ 34.649 relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 30.

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No primeiro semestre de 2014 o Conglomerado transferiu carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação), pelo valor contábil, o montante de R\$ 11.703.

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	30/06/2014
Total da Carteira Cedida	11.703
Valor da Venda	11.703
Resultado com Cessão de Créditos	-
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	-

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a
	30/06/2014
Renda de Operações de Crédito	88.252
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	8.732
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(641)
Total	96.343

10. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 30 de junho de 2014.

	<u>30/06/2014</u>
Ativo	
Câmbio Comprado a Liquidar	72.088
Adiantamento em moeda nacional recebida	(124)
Direitos sobre Venda de Câmbio	203
Outros	455
Total	<u>72.622</u>
Circulante	<u>72.622</u>
Passivo	
Câmbio Vendido a Liquidar	200
Adiantamento sobre contrato de Câmbio	(73.219)
Obrigações por Compra de Câmbio	73.219
Total	<u>200</u>
Circulante	<u>200</u>

b) Movimentação dos créditos e débitos fiscais diferidos de imposto de renda, contribuição social, pis e cofins

	<u>30/06/2014</u>
Créditos Fiscais Diferidos	
Saldo Inicial	<u>182.810</u>
Constituições	18.802
Reversões	(22.725)
Saldo Final	<u>178.887</u>
Débitos Fiscais Diferidos	
Saldo Inicial	<u>17.774</u>
Constituições	13.465
Reversões	(15.071)
Saldo Final	<u>16.168</u>

b.1) Ativo Fiscal Diferido

No primeiro semestre de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	<u>30/06/2014</u>
Prejuízo Fiscal	239.403
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	59.851
Base Negativa de Contribuição Social	242.937
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	36.440
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	69.058
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1.082
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	32
Provisão para Contingências Trabalhistas	22.437
Provisão para Contingências Cíveis	29.464
Provisão para Despesas Administrativas	22.522
Provisão PLR - Administradores	12.849
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488
Ajustes Futuro - DI e DDI	665
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(31)
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	631
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	52
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos - 4,65%	(32)
Perdas em Operações de Crédito	32.997
Outras Diferenças Temporárias	7.149
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	201.514
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	214.363
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	50.378
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	32.154
Ajustes Futuro - DI e DDI	665
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	52
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	631
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	1.348
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	63
Total do Ativo Fiscal Diferido	178.887
Circulante	32.549
Longo Prazo	146.338

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	<u>30/06/2014</u>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	3.821
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	636
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado - 4,65%	(207)
Ajuste DI e DDI futuro	33.327
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI e DDI futuro - 4,65%	(1.550)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	<u>36.027</u>
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	<u>9.007</u>
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	<u>5.404</u>
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	636
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação	3.821
Ajuste DI e DDI futuro	33.327
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	<u>37.784</u>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	<u>1.757</u>
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>16.168</u>
Circulante	16.168
Longo Prazo	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

<u>Ano</u>	<u>30/06/2014</u>				
	<u>Ativo Fiscal</u>	<u>Passivo Fiscal</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo Fiscal</u>	<u>Passivo Fiscal</u>
	<u>Diferido</u>	<u>Diferido</u>	<u>dos Impostos</u>	<u>Diferido</u>	<u>Diferido</u>
			<u>Diferidos</u>		
2013	-	-	-	26.342	8.640
2014	32.549	16.168	16.381	39.187	-
2015	39.925	-	39.925	44.859	-
2016	20.133	-	20.133	61.878	-
2017	28.984	-	28.984	11.544	-
2018	46.981	-	46.981	1.084	-
A partir de 2019	10.315	-	10.315	-	-
Total	<u>178.887</u>	<u>16.168</u>	<u>162.719</u>	<u>184.894</u>	<u>8.640</u>

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido em 30 de junho de 2014 considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 142.344.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	14.830
Devedores por Depósitos em Garantia	
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽¹⁾	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 17.b.1)	2.089
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 17.b.2)	4.490
Direitos Creditórios	42.552
Valores a Receber	3.507
Adiantamentos Salariais/Outros	2.930
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	835
Outros	785
Total	73.417
Circulante	73.417
Longo Prazo	-

(1) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2014
Bens não de Uso - Imóveis (1)	74.116
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)
Despesas Antecipadas	6.877
Total	65.505
Circulante	6.877
Longo Prazo	58.628

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014 o Conglomerado fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

12. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			30/06/2014
	Direta ou Indiretamente (Mil)			
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação	
Controladas do Banco				
Original Negócios Agropecuários Ltda ⁽¹⁾	Intermediação	149.985	99,99%	
Original Investimentos Imobiliários Ltda ^{(1) (2)}	Investimento	99.999	99,99%	
Coligada do Banco				
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda ⁽³⁾	Securitização	3.735	23,75%	

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Controladas do Conglomerado						
Original Negócios Agropecuários Ltda	322	(1)	321	21	(1)	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda ⁽¹⁾	-	-	100	100	-	-
Matone Promotora (2)	-	-	-	130.419	-	8.665
Coligadas do Conglomerado						
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda ⁽³⁾	294	(1.088)	109	79	(177)	(237)

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Investimento Alienado em Dezembro de 2013.

(3) Em 07 de dezembro de 2012, conforme a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) foi liberado o aumento de capital no montante de R\$350, aumentando a participação societária para 23,75%. Na AGE, datada de 20 de maio 2013, foi liberado aumento de capital social no montante de R\$100, sem alteração da participação societária, sediada na cidade de São Paulo-SP, que atua na securitização de direitos creditórios do Agronegócio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	30/06/2014
			Residual
Outras Imobilizações de Uso			
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.168	(1.102)	3.066
Sistemas de Processamento de Dados	27.557	(9.572)	17.985
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.207	(583)	624
Outros	551	(481)	70
Total	33.483	(11.738)	21.745

14. Intangível

	Custo	30/06/2014
		Líquido
Gastos com Desenvolvimento	43.181	43.181
Gastos com Consultoria Especializada	9.460	9.460
Total	52.641	52.641

O Conglomerado está reconhecendo um intangível referente ao projeto Banco Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes.

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem	Até	De 3 a	Acima de	30/06/2014
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Depósitos à Vista	28.516	-	-	-	28.516
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE ⁽¹⁾	-	74.476	87.696	324.190	486.362
Total	28.516	74.476	87.696	324.190	514.878
Circulante					190.688
Longo Prazo					324.190

(1) Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)

Em 30 de junho de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 288.409 e CDB no montante de R\$ 198.223.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 115,50% do CDI e 100% do IPCA + taxa entre 8,05% e 8,85% a.a.; e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,84% a.a. e 10,80% a.a.. Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 113% e 120% do CDI, ou 100% do IGPM + 8,84% a.a. ou 100% do IPCA + taxa entre 6% e 8,65% a.a..

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2014
Depósitos Interfinanceiros	183
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	24.425
Captação no Mercado Aberto	16.060
Outros ⁽¹⁾	2.157
Total	42.825

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos e contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

b) Captações no Mercado Aberto

	Até	De 3 a	Acima de	30/06/2014
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Carteira de Terceiros	9.500	-	-	9.500
Títulos Públicos	9.500	-	-	9.500
Total	9.500	-	-	9.500
Circulante				9.500

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até	De 3 a	Acima de	30/06/2014
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.779	20.717	1.791	25.287
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	112.880	259.098	28.180	400.158
Letras Financeiras - LF	-	-	1.431	1.431
Total	115.659	279.815	31.402	426.876
Circulante				395.474
Longo Prazo				31.402

O Conglomerado realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 103% do CDI. Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 2,88% a.a. e 11,66%. Para LCI com taxas praticadas para operações pós-fixadas no montante de 92% a 103% do CDI.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras no montante de R\$ 6.174 provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Funcafé - FAC	-	6.374	-	6.374
Funcafé - Custeio	-	4.372	-	4.372
Funcafé - Estocagem	-	4.355	1.890	6.245
Funcafé - Capital de Giro	3.992	5.159	2.103	11.254
Total	3.992	20.260	3.993	28.245
Circulante				24.252
Longo Prazo				3.993

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

16. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	30/06/2014	
	Até 3 meses	Total
Exportação até 360 dias	15.480	15.480
	15.480	15.480

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Recolher	
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	248
Impostos e Contribuições sobre Salários	3.897
Outros	2.033
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	
Provisão para Imposto de Renda	11.342
Provisão para Contribuição Social	6.154
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.a.2)	16.168
Total	39.842
Circulante	39.842

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1.1)	22.437
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2.1)	31.964
Provisão para Outros Créditos	1.082
Provisão para Pagamentos a Efetuar	
Despesas de Pessoal	44.452
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.198
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	9.334
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	20
Subscrições de Capital a Integralizar	100
Outras	11.418
Total	134.005
Circulante	79.604
Longo Prazo	54.401

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões**a) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2014.

b) Provisões e Passivos Contingentes**b.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Até novembro de 2013 a provisão para ações trabalhistas foi contabilizada com o valor das ações com perspectiva de perda provável, conforme prognóstico dos advogados. A partir de dezembro de 2013, além da análise do prognóstico de perda dos advogados foi incorporada a análise de estimativa de perda histórica das ações trabalhistas.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado possuía R\$22.437 de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.089.

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2014
	<u>Trabalhistas</u>
Saldo Inicial	22.348
Constituição Líquida de Reversão	89
Saldo Final	22.437

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

No quarto trimestre de 2013 ocorreu mudança de metodologia onde o Conglomerado passou a contabilizar as provisões para as ações prováveis de acordo com prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis.

Em 30 de junho de 2014, o Conglomerado possuía R\$ 31.964 de ações cíveis com saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$4.490.

b.2.1) Movimentação das Provisões para Processos Cíveis

	01/01 a 30/06/2014
	<u>Cíveis</u>
Saldo Inicial	26.726
Constituição Líquida de Reversão	5.238
Saldo Final	31.964

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2014 o Banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a 30/06/2014
Processos Trabalhistas	146
Processos Cíveis	29.978
Total	30.124

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2014, o capital social de R\$2.181.972 de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>30/06/2014</u> <u>Total</u>
De Domiciliados no País	618.913.037	18.913.036	637.826.073
Total	618.913.037	18.913.036	637.826.073

Conforme AGE em 30 de junho de 2014 houve destinação do lucro individual do Banco Original do Agronegócio S.A para aumento de Capital no montante de R\$ 2.342 e remetido à homologação do Banco Central do Brasil.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN é de (R\$144) e por LTN R\$ 147

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva Legal

Em 30 de junho de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 123 , que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.

O lucro base para apuração foi do Banco Original do Agronegócio individualizado no Montante de R\$ 2.460

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2014 não houve constituição de reserva estatutária.

d) JCP e Dividendos

Banco Original:

Em 30 de junho de 2014 não foram deliberados JCP e Dividendos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 30 de junho de 2014 o Conglomerado Prudencial Original, encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	30/06/2014
Patrimônio de Referência Nível I	2.033.285
Patrimônio de Referência Nível II	-
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.033.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	842.610
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	249.718
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	528.742
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	64.150
Índice de Basileia III e II	26,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Conglomerado, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2014 o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a.) Benefícios Pós-Emprego

O Conglomerado não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2014:

					30/06/2014	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
Acionistas	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%
Total	618.913.037	100%	18.913.036	100%	637.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações recorrentes e saldos são conforme segue:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos	Receitas
	(Passivos)	(Despesas)
	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.828	-
JBS S.A. (JBS)	41.828	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	835	-
J&F Participações Ltda	835	-
Depósito a Vista	(58)	-
JBS S.A.	(14)	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	-
J&F Floresta Agropecuária	(6)	-
J&F Participações Ltda	(2)	-
J&F Investimentos S.A.	(3)	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1)	-
Matone Promotora Ltda	(3)	-
Depósito a Prazo	(104.374)	(79)
Matone Promotora Ltda	(3.767)	(71)
Original Negócios Agropecuários Ltda	(302)	(2)
Outros ⁽¹⁾	(42)	(3)
J&F Investimentos S.A.	(99.053)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(1.210)	(3)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.432)	(5)
Matone Promotora Ltda	(1.036)	(5)
Outros ⁽¹⁾	(1.396)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(20)	-
Matone Promotora Ltda	(20)	-

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

22. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2014
Operações de Crédito	11
Cobrança e Arrecadações	522
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	5.334
Outras	276
Total	6.143

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a
	30/06/2014
Remuneração	33.376
Encargos	9.463
Benefícios	3.258
Outras	463
Total	46.560

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a
	30/06/2014
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.089
Depreciações e Amortizações	1.529
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	1.762
Comunicações	491
Processamento de Dados	6.091
Aluguéis	4.537
Transportes e Viagens	1.250
Serviços de Vigilância e Segurança	25
Manutenção e Conservação de Bens	472
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	2.271
Água, Energia e Gás	281
Material	252
Outras	3.256
Total	31.306

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

25. Despesas Tributárias

	01/01 a
	30/06/2014
Despesa com Cofins	6.808
Despesa com ISS	308
Despesa com PIS/Pasep	1.106
Tributos Municipais	1.148
Outras	161
Total	9.531

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a
	30/06/2014
Atualização de Depósitos Judiciais	9
Atualização de Impostos a Compensar	229
Recuperação de Encargos e Despesas	25
Outras	(9)
Trabalhista	569
Juros Recebidos	1.987
Outras	21
Total	2.831

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais	
Trabalhistas	658
Cíveis	5.633
Outras	91
Perdas em Renegociações de Dívidas	3.239
Outras	210
Total	9.831

28. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2014
Resultado na Alienação de Investimentos	2
Perda do Valor Recuperável ativos não financeiros	(857)
Total	(855)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

	01/01 a 30/06/2014
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	44.470
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	178
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	2.586
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	9.585
Base de cálculo - CSLL	47.234
Base de cálculo - IRPJ	54.233
CSLL - 15%	(7.085)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(13.224)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.309)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(20.309)

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.bancooriginal.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: "VaR (*Value at Risk*)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

O Conglomerado tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Conglomerado para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2014, o conglomerado possui o montante de R\$ 929 para coobrigação em cessões de créditos e R\$89.693 em avais de fianças concedidos a terceiros, para o qual foi constituído R\$ 731 de provisão para honra destes avais baseado em critérios consistentes com a resolução 2.682/99 do CMN, registrado em outras obrigações diversas.

b. Seguros

O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2014 a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$12.356 referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$483. A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.
